

A TRAJETÓRIA OCUPACIONAL DAS MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS DA LAGOA DE MARIA CLEMÊNCIA

THE OCCUPATIONAL TRAJECTORY OF THE BLACK WOMEN QUILOMBOLAS OF THE LAKE OF MARIA CLEMÊNCIA

Rosimeiry Souza Santana **1**
Benedito G. Eugenio **2**

Resumo: As questões relacionadas a raça e gênero têm sido pauta do movimento de mulheres negras e temática de estudos e publicações em diferentes periódicos e livros. Contudo, ainda poucos são os estudos sobre as mulheres negras quilombolas. Neste artigo, apresentamos os resultados de uma pesquisa qualitativa acerca das relações de raça e gênero nas trajetórias ocupacionais de mulheres negras quilombolas. Os dados foram construídos por meio de uma pesquisa qualitativa que contou com observações do cotidiano e entrevistas, em uma comunidade quilombola localizada no município de Vitória da Conquista-Ba. As análises evidenciam a importância da articulação de raça e gênero nos estudos sobre mulheres negras quilombolas.

Palavras-chave: Mulheres negras. Raça. Gênero.

Abstract: Issues related to race and gender have been subjects of the black women's movement and thematic studies and publications in different periodicals and books. However, there are still few studies on black quilombola women. In this article, we present the results of a qualitative research about the relations of race and gender in the occupational trajectories of black quilombola women. The data were constructed through a qualitative research that included daily observations and interviews, in a quilombola community located in the city of Vitória da Conquista-Ba. The analyzes show the importance of the articulation of race and gender in the studies on black quilombola women.

Keywords: Black women. Race. Gender.

Graduada em Psicologia (Faculdade Juvencio Terra) e Especialista em **1**
Educação e Diversidade Étnico-cultural (UESB).
E-mail: rosasantana007@hotmail.com

Doutor em Educação (Unicamp). Professor da Universidade **2**
Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e dos Programas de Pós-graduação
em Ensino (PPGEn) e Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC).
E-mail: dodoeugenio@gmail.com

Introdução

O Estado da Bahia encontra-se dividido em territórios de identidade, definidos em 2007 por meio do Programa Territórios de Identidade (TI)¹, do governo estadual e entendidos como unidades de planejamento de políticas públicas. São ao todo 27 TI que agrupam os 417 municípios. No TI de Vitória da Conquista, composto por 24 municípios, existem 53 Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ) certificadas pela Fundação Cultural Palmares.²

Vitória da Conquista é um município localizado no sudoeste da Bahia, com uma população estimada, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 338.855 pessoas e 24 CRQ certificadas, de acordo com dados da Fundação Cultural Palmares.

Por entender a importância dos quilombos na História do Brasil, é que realizamos a pesquisa acerca da trajetória ocupacional das mulheres moradoras de uma comunidade quilombola no município de Vitória da Conquista. Outra motivação por essa temática surge com o engajamento político dos autores em movimentos sociais que trabalham com questões de raça e gênero.

Reis (2003), Chalhoub (1990), dentre outros, mostram que povo negro lutava por liberdade, cultivando dentro de si suas raízes, origens, cultura e memórias. Estudar as mulheres quilombolas é relevante para compreender suas formas de vida, práticas culturais e de organização espacial.

Neste artigo, apresentamos os resultados de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória acerca das relações de gênero nas trajetórias ocupacionais de mulheres negras quilombolas. Os dados foram construídos por meio de observações do cotidiano e entrevistas.

A metodologia e o lócus da investigação

Para a construção dos dados, valemo-nos da História oral temática. Para Alberti (2004, p.154):

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador de fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

O vocábulo temático aqui empregado está relacionado ao fato de a “entrevista ter um caráter de depoimento realizado por um grupo de pessoas sobre um tema específico”, conforme apontam Marconi e Lakatos (2012, p.129). Por meio da vivência na comunidade, foi produzido um diário de campo, instrumento típico da etnografia, utilizado neste trabalho para registrarmos o cotidiano da comunidade e, em especial, das mulheres qui-

1 Os territórios de identidade é definido pela Secretaria de Planejamento como “como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>

2 A Fundação Cultural Palmares é uma instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, reservou à Fundação Cultural Palmares a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas.

lombolas.

A escolha pela vivência é justificada pela necessidade de entender o cotidiano, assim como facilitar a aproximação com as mulheres sujeitos da pesquisa. O conteúdo do diário de campo foi analisado junto com as entrevistas. Para participar da pesquisa foi levada em conta a escolarização, atividades desempenhadas na rotina diária, relação com o trabalho e/ou continuidade profissional, vida social na comunidade. As entrevistadas possuem mais de 18 anos e todas assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. A pesquisa foi aprovada pelo CEP/UESB sob o n. CAAE 43806315.4.0000.0055.

A dinâmica utilizada para seleção das entrevistadas é conhecido como bola de neve³. A primeira participante foi indicada por uma liderança quilombola, que indicou mais quatorze nomes de mulheres, todas da mesma localidade e com algum grau de parentesco. Durante o trabalho foram realizados contatos com quatorze mulheres de diferentes idades, escolaridade e rotina ocupacional. Dessas, quatro mulheres negras e quilombolas tiveram suas rotinas acompanhadas e foram entrevistadas.

As mulheres selecionadas para a entrevista tinham os mais variados graus de escolaridade e atividades laborais. O primeiro requisito de participação foi que as mulheres entrevistadas deveriam responder a primeira pergunta contida na entrevista, que é a de auto declaração de cor/raça. Todas as mulheres entrevistadas se auto declararam como negras. A vivência na comunidade possibilitou avaliar as condições sociais, econômicas e ocupacionais das mulheres entrevistadas. As observações foram realizadas tanto dentro da comunidade como em atividades na cidade, considerando que algumas mulheres trabalham na área urbana durante o dia.

Durante cerca de 45 dias vivenciamos o dia-a-dia das mulheres pesquisadas. Participamos de todas as noites da festa em homenagem ao Santo Padroeiro da comunidade; após a celebração tinha o bingo para angariar e garantir fundos para realização dos festejos.

Durante o período de vivências foram realizadas visitas domiciliares aos Agentes Comunitários de Saúde, à Associação de Moradores, às catequistas da comunidade e à escola. A Associação de Moradores tem papel importante no interior da comunidade. É ela quem organiza e exige do poder público municipal as demandas por políticas sociais, particularmente saúde e educação.

Estivemos presentes nos locais de trabalhos de algumas mulheres, particularmente aquelas que trabalham na feira livre e na agricultura familiar. Pernoitar em casa de algumas famílias da comunidade também compôs as vivências registradas em diário de campo. Durante todo tempo de vivência na comunidade foram realizadas quatorze visitas às mulheres.

O contato com a liderança da comunidade foi essencial para o início das atividades direcionadas à pesquisa. A aproximação com as entrevistadas foi realizada através da liderança, na participação da festa do padroeiro e nas visitas domiciliares, todas as conversas informais apreciadas durante as visitas foram registradas em diário de campo.

A primeira etapa do trabalho foi primordial para que a comunidade pudesse entender a finalidade da pesquisa. Nessa etapa foi realizado o reconhecimento da localidade e o público alvo. Para Thompson (1998), o primeiro contato com o local estabelece relações que favorecem o bom andamento do trabalho; é o momento da preparação para adquirir as informações básicas referentes ao objeto e ao sujeito da pesquisa, é o que ela denomina como entrevista exploratória.

Nos encontros realizados durante a festa do padroeiro surgiram várias mulheres interessadas em participar da pesquisa. Tivemos o cuidado de escutar todas as interessadas em participar da pesquisa, explicando sobre os seus objetivos. Registramos todas as conversas em diário de campo.

As mulheres entrevistadas foram identificadas pelos nomes de mulheres negras intelectuais brasileiras, que tiveram destaque como escritoras e são apresentadas a seguir:

³ Nessa dinâmica, uma vez localizado um/a entrevistado/a, este indica o próximo participante da pesquisa, desde que atenda aos requisitos estabelecidos para que esse seja entrevistado.

Beatriz Nascimento, 29 anos, casada, formação em nível médio completo, trabalha na área de saúde da comunidade, participa das atividades na associação de moradores e na 4ª pastoral da comunidade.

Carolina Maria de Jesus, 36 anos, casada, tem filhos, trabalha na zona urbana, cursa graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, participa da pastoral da comunidade desenvolvendo atividade religiosas de matriz cristã com crianças.

Marlene Ferreira Frias, 42 anos, tem ensino fundamental anos finais incompleto, casada, tem filhos, trabalha na agricultura, membro da diretoria da associação de moradores, dirigente de pastoral na comunidade.

Virginia Leone Bicudo, 39 anos, formação em nível fundamental incompleto, casada, tem filhos, trabalha na zona urbana, participar como integrante da associação de moradores e das atividades religiosas da comunidade.

Os nomes foram distribuídos conforme a ordem alfabética, obedecendo a mesma ordem alfabética dos nomes reais não revelados. O roteiro da entrevista foi construído após as observações realizadas durante o período da vivência/observações na comunidade e tomou como base as seguintes temáticas: Escolaridade, iniciação em atividades ocupacionais, histórico de continuidade em atividades ocupacionais desenvolvidas pelos pais, envolvimento em atividades religiosas na comunidade, participação de movimentos sociais, envolvimento em situações de preconceito e discriminação no local de trabalho, perspectivas e desafios na profissão em exercício, sobre sonho, desejos e perspectivas para o futuro.

A motivação em investigar essa temática surgiu em virtude do desejo de compreender as questões raciais, de gênero e quilombolas em diálogo com a Psicologia Social, haja vista que poucos autores desse ramo da Psicologia dedicaram-se ao estudo de temáticas relacionadas à diversidade racial e de gênero. O interesse pela comunidade surgiu após aproximação com lideranças quilombolas em atividades dos movimentos sociais.

A comunidade quilombola de Lagoa de Maria Clemência fica localizada a aproximadamente 20 km do município sede, sentido Anagé. Segundo memória dos moradores, o nome Maria Clemência homenageia uma índia com esse nome, que em suas andanças em busca de água encontrou a lagoa ainda existente na comunidade; esse fato aconteceu no período do século XVII. E

Durante as visitas da fase exploratória da pesquisa e conversa não sistematizada, verificamos que na comunidade existe uma Unidade de Saúde, assistida por quatro Agentes Comunitários de Saúde, com representação no Conselho Local de Saúde. A religião predominante na comunidade é a religião católica, tendo como Padroeiro São José.

A comunidade dispõe de uma escola, onde é ofertado o ensino fundamental anos iniciais em turmas multisseriadas. Os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio são oferecidos em uma escola estadual do distrito do Pradoso.

O governo municipal disponibiliza transporte para conduzir os alunos da Comunidade de Lagoa de Maria Clemencia até o distrito. A comunidade possui Associação de Moradores e Agricultores de Remanescentes de Quilombo, com sede própria e em fase de acabamento. Há serviços de energia elétrica e água encanada nas residências, poço artesiano. A agricultura familiar é a base de subsistência, tanto para consumo próprio e como atividade de geração de renda.

Segundo informações dos moradores, na localidade não existe transporte público coletivo, porém, um morador da comunidade utiliza de transporte alternativo para servir a população na necessidade de deslocar-se até a cidade.

Raça e gênero: Considerações iniciais

As questões raciais, inter-relacionadas com as questões de gênero, podem ser pen-

sadas como fatores que geram desigualdade na hierarquia social. No Brasil, os estudos de gênero se ampliam na década de 1980, inicialmente com a necessidade de identificar e combater os mecanismos de subordinação e opressão femininas. Bairros (1995) nos ajuda a compreender o conceito de mulher para além do que foi construído social, histórica e culturalmente. Para essa autora, tais construções sociais serviram apenas para justificar o sistema de opressão para com as mulheres, no que diz respeito principalmente às atividades ocupacionais, lugar da mulher e/ou lugar do homem na estrutura social.

A igualdade de gênero é uma pauta de muitos anos de luta das mulheres no mundo, mas é a partir da década de 1960 que os estudos de gênero inauguram uma nova fase chamada de a segunda onda do feminismo. Pautada pelas mulheres negras, essa nova fase faz despertar para os estudos feministas com recorte racial, principalmente a partir dos anos 1970. As feministas negras, a partir desse momento, passam a lutar para que suas demandas também fossem pautadas.

O estudo de Araújo (2001) aponta que as mulheres negras e as brancas pobres não foram inseridas nas discussões de gênero das feministas burguesas. Para essa autora, o movimento feminista, em sua totalidade, não reivindicava demandas que contemplassem as mulheres negras e pobres, mulheres inseridas no cenário da opressão e do machismo, desde a época do Brasil colonial. Essa mesma situação é evidenciada por outros (as) autores (as) do chamado feminismo negro.

É nessa perspectiva, de mostrar um pouco da situação ocupacional da mulher negra quilombola no interior baiano, que construímos o nosso entendimento sobre as questões de gênero e raça, relacionando com as atividades laborais de uma pequena amostra de mulheres negras de uma comunidade rural quilombola.

Quando empregamos os termos raça e negro (a) valemo-nos das interpretações de Guimarães (2003) e de Gomes (2005), autores que compreendem esses termos de uma perspectiva sociológica do ponto vista em relação a um grupo ou população.

O movimento negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçado na ideia de raça superior ou inferior, como originariamente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma interpretação que baseia na dimensão social e política do referido termo. E ainda usam porque a discriminação racial e o racismo existente na sociedade se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre aspectos físicos observáveis na estética dos pertencentes às mesmas. (GOMES, 2005, p.45)

Carone (2014, p.98), no trabalho intitulado *Um breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre questão racial brasileira*, destaca que foi nos anos 1950 que a “escola paulista, da Universidade de São Paulo, recebeu um financiamento” fomentado pela UNESCO, cuja finalidade era custear o maior “empreendimento científico sobre a compreensão das relações raciais no Brasil”. Segundo a autora, esses estudos contribuíram significativamente para a desmistificação da falsa democracia racial brasileira.

Na hierarquia social brasileira, a mulher branca está em uma condição privilegiada em relação à mulher negra. Elas, as mulheres negras, são maioria nos subempregos, nas feiras livres, no emprego doméstico e trabalhos que exigem pouca escolaridade. De acordo com Lima, Rios, França (2013, p.79):

O mercado de trabalho é considerado lócus de análise das desigualdades, uma vez que tanto o acesso ao mercado de trabalho quanto a condição de ingresso neste, representam etapas importantes na trajetória socioeconômica dos

indivíduos. Além disto, o mundo do trabalho está fortemente conectado com a dimensão educacional, representando, portanto, duas faces de um mesmo momento: a posição inicial de ingresso no mercado de trabalho é a influenciada pelas características educacionais e gera um forte efeito sobre a trajetória subsequente do indivíduo. Mas há um fator fundamental neste processo, que são os efeitos discriminatórios produzidos pelo mercado de trabalho. As desigualdades de acesso a determinados ramos de atividades, assim como o ingresso em ocupações menos formais, estão fortemente mediados por fatores que estão relacionados com a discriminação de gênero e raça.

Aqui surge a necessidade de se discutir a interação entre gênero e raça, especificamente no que tange às mulheres negras quilombolas da zona rural. É possível compreender que as mulheres negras, as quais nos referimos neste trabalho, não sofrem apenas de uma “dupla discriminação,” em virtude de gênero/raça. A vivência na comunidade estudada possibilitou visualizar que as mulheres quilombolas possuem mais dois indicadores sociais de desigualdade, quais sejam, a pobreza e a questão geográfica.

Conforme Matos (2008), não se pode pensar em gênero e raça sem levar em consideração as construções históricas que se atrelam às construções culturais, sociais e políticas. Sendo assim, Matos (2008) aponta para a importância de estudar gênero entrelaçados aos estudos de raça, com a finalidade de entender sobre como os fatores relacionados com as questões de gênero e raça são vivenciadas mulheres quilombolas em suas comunidades.

Reichmann (1995) faz um destaque nas questões sobre os estudos de gênero associado aos estudos sobre raça, salientando que os estudos do tema podem ser agregados, mas não de forma generalizada. De acordo com a autora, os institutos de pesquisas deveriam tabular os dados referentes à raça e gênero em tabelas específicas, fazendo os recortes temáticos necessários, para que se possam obter informações numéricas mais reais sobre as temáticas.

Para essa autora, as mulheres negras foram invisibilizadas ao longo da história da humanidade por segregação, discriminação, exclusão social, econômica e política. Essa invisibilidade foi construída no discurso sobre o lugar da mulher na sociedade, atribuindo apenas os cuidados domésticos com o lar e com a família, exceto o lugar da mulher negra, inserida no mercado de trabalho perverso e escravo desde o período colonial. Ainda hoje as mulheres negras estão inseridas no mundo do trabalho do subemprego, por falta de escolarização, profissionalização e/ou as desigualdades sociais de gênero, sendo vítimas da exclusão e da desigualdade social.

No próximo tópico do texto, apresentamos e discutimos os dados construídos por meio das vivências na comunidade quilombola.

Experiências e vivências de mulheres quilombolas

A sugestão para o primeiro contato com a comunidade escolhida para este estudo foi com a mulher que compõe a diretoria da Associação de Moradores; a sugestão desse nome foi indicação de um representante do Conselho Quilombola do município de Vitória da Conquista⁵. Ela será aqui denominada de Severina Paraíso da Silva⁶.

5 O Conselho Quilombola é uma instituição da sociedade civil organizada e reúne representantes das 23 comunidades quilombolas certificadas do território de Vitória da Conquista.

6 Severina Paraíso da Silva, também conhecida como mãe Biu, mãe de Santo e principal responsável pela sobrevivência e preservação das tradições religiosas do terreiro da Nação Xambá. Foi reverenciada pela maestria e generosidade no exercício de seu sacerdócio. Nasceu em 1914 e morreu em 1993. Disponível em Mulheres Negras do Brasil de Schuma e Brasil. Ed.SENAC, 2013. p.58.

Na manhã do dia dez de março fizemos uma visita no local de trabalho de Severina que informou que comunidade estaria em festa, que a população da região estaria reunida durante nove noites nas atividades religiosas da festa do padroeiro ⁷São José, disse que na noite hoje seria a primeira noite de festa, Severina salientou que ponto culminante da festa aconteceria no dia 19 de março, dia oficial da comemoração e das homenagens para São José. Combinamos que iríamos a participar da festa para facilitar o contato com as pessoas da comunidade e assim fizemos durante seis noites de celebrações, mais o dia da solenidade do padroeiro. (Trecho do diário de campo, sobre nosso acolhimento na comunidade).

Severina já esteve à frente da presidência da Associação de Moradores da comunidade, trabalha em assessoria parlamentar da Câmara de Vereadores em Vitória da Conquista. No momento da pesquisa, estava matriculada em um curso técnico profissionalizante. Além disso, trabalha na agricultura familiar e participa das atividades religiosas na comunidade. Severina demonstrou muita atenção durante a conversa e interessou-se na realização da pesquisa em sua comunidade.

Ao chegar na comunidade, fomos direto para a Igreja e ficamos à espera de Severina, conforme combinamos pela manhã. Fomos bem acolhida pela comunidade. No início pensamos que éramos apenas participantes da celebração. Severina me apresentou para algumas mulheres e explicamos sobre o interesse em fazer um trabalho de pesquisa na comunidade. Falamos dos objetivos da pesquisa e de sua importância. Severina escutou atentamente nossa justificativa e dispôs-se a colaborar com o trabalho indicando vários nomes de pessoas que poderiam participar da pesquisa. (Trecho do diário de campo).

Aceitamos a sugestão de Severina e fizemos uma vivência na comunidade durante a festa de São José e a festa da Páscoa, que foram na mesma época. Vivenciamos com elas várias experiências nas atividades laborais durante o dia, tanto nos afazeres domésticos no lar, como na lavoura, lembrando que a noite tínhamos a vivência na celebração da festa do padroeiro.

Dentre as mulheres indicadas para a pesquisa, apenas uma deixou de trabalhar na agricultura familiar, mas segundo relatos de todas as mulheres entrevistadas é na infância que os pais colocam os filhos para ajudar na agricultura, diz Carolina Maria de Jesus: [...] *quando criança a primeira atividade de trabalho que a gente faz aqui é ajudar a família na roça*. Carolina relata que: *As crianças aqui, independente de ser menino ou ser menina, ajuda pai e mãe no trabalho*. Carolina finaliza dizendo: *É desde pequenininho, todos os filhos que nasceu aqui teve que trabalhar com os pais na agricultura familiar, tanto para o consumo, como para o abastecimento do comércio do município*. De acordo com o depoimento de Carolina e com os demais depoimentos analisados posteriormente, no trabalho na agricultura todos os membros da família colaboram sem distinção de sexo/gênero.

De acordo com Falci (2001, p. 250), homens e mulheres se uniam nas realizações das tarefas na agricultura. Barbosa (2014) aponta que há distinção de gênero nos espaços de trabalho na agricultura. Em nossa pesquisa observamos que essa definição dos lugares sociais de gênero, na área rural da Comunidade Quilombola observada, está presente na

⁷ São José, também chamado esposo de Maria, pai de Jesus, Santo da Igreja Católica patrono dos agricultores, celebrado no dia 19 de março.

execução dos trabalhos domésticos no lar. Na vivência, verificamos que as mulheres, além de trabalharem na agricultura, enfrentam sozinhas a jornada dos trabalhos de casa, que poderia ser distribuída com os filhos, maridos/companheiros.

Sabemos que muitos dos trabalhos executados pelas mulheres as colocam em uma situação de invisibilidade. Por não gerar honorários, elas não conseguem perceber que os trabalhos domésticos podem ser distribuídos para com o homem, enquanto companheiro.

Eu acordo 5 da manhã cuido um pouco da casa, vou pra feira, quando chego de noite (risos), torno tomar conta, torno fazer mais um pouquinho de trabalho de casa. O dia a dia é corrido, mas às vezes quando eu chego vou lavar uma roupa, quando não é lavar uma roupa, vou fazer uma comida pra ficar pronta pra o outro dia, quando não é a comidinha, vou barrer uma casa, pra ficar limpa, porque só minha menina pequena, fica ruim né? Pra deixar ai sozinha, porque ela estuda [...] (Marlene Ferreira, 39 anos).

Na citação de Marlene Ferreira, observamos que as tarefas domésticas estão associadas ao trabalho feminino. A divisão dos trabalhos está implícita em sua fala. As mulheres entrevistadas não mencionam os seus companheiros no momento em que abordam a distribuição das tarefas do lar, o que indica que culturalmente a sociedade enquadra a figura feminina na responsabilidade dos afazeres domésticos. Na verdade, os afazeres domésticos são vistos como não trabalho.

Durante as vivências em campo foi observado que as crianças do sexo feminino iniciam nas atividades domésticas na fase da infância; a genitora repassa para as crianças os ensinamentos e a responsabilidade dos cuidados com lar. Temos um exemplo explícito na fala da entrevistada que explica sobre motivações e traços culturais que reiteram as brincadeiras infantis que coloca a menina nos espaços privado e os meninos nos espaços públicos.

[...] lembro que meu primeiro brinquedo, que foi um ferrinho e um fogãozinho de plástico, eu tive que debulhar andu, minha mãe falou, ela estipulou, eu tinha 06 anos nessa época, se você debulhar 5 litros de andu, amanhã eu compro seu brinquedo, eu compro um ferrinho e um fogão pra você, foi meu primeiro brinquedo. Eu ganhei trabalhando (a entrevistada se emociona) [...] (Carolina Maria de Jesus, 32 anos).

Podemos observar que homens e mulheres se associam no trabalho na agricultura. Já no espaço doméstico, as atividades recaem sobre a responsabilidade da mulher, assim como ocorre com as crianças, em que observamos que meninos e meninas brincam juntos, ajudam nos trabalhos da agricultura, mas nos atividades domésticas só a menina é cobrada em relação as atividades da casa.

Ademais, a fala de Carolina nos aponta para uma prática que já se encontra enraizada na cultura brasileira, em que as atividades do espaço doméstico se consolidou como sendo práticas tipicamente da mulher. Em muitos cenários, a vinculação entre a qualidade feminina e a capacidade de conceber filhos e dar a luz contribui para a principal atividade atribuída às mulheres, seja a maternidade e/ou o espaço doméstico e familiar, ambos vistos como seu principal local de atuação.

E essas mulheres além das questões de gênero que contribui para com uma rotina diária sobrecarregada, elas ainda enfrentam as questões em relação ao preconceito de

cor. Nos questionamentos sobre racismo e discriminação as mulheres mencionaram nunca ter passado pela experiência na qual entenderam como racismo, no entanto ao mesmo tempo que nega ter sofrido discriminação em relação a cor da pele, elas deixam implícito nas falas que em algum momento já passaram por alguma situação de preconceito em relação a suas características fenotípicas. Conforme a fala de Virgínia.

Não! E o que é importante é que o pessoal gosta de me, quando me chama, gosta de me chamar de morena, as vezes moreninha, às vezes me chama, igual (Cita o nome de um colega da feira) que me chamou lá, você viu ele lá, ele gosta de me chamar, você viu lá, é nega, é nega não, é negrinha, negrinha não, nigrinha. Como é que fala? É um dizerzinho assim, mas, eu acho até bonito a maneira dele falar comigo, igual, eu sou baxinha, as pessoas me chama de baxinha (risos), achei até bonito. Ah! Esqueci o jeito que ele me chama! (Virginia Leone Bicudo)

Enquanto que Marlene Ferreira diz:

Aconteceu um fato, não foi comigo, foi com meu filho, ele estava com 6 meses, neste dia eu estava vindo pra igreja, e ai eu estava dentro de uma van, indo pra igreja de Conquista pra cá, ai tinha um homem branco de pele vermelha, tão branco que a pele era vermelha, e ai ele virou pra me e falou assim comigo, eu me lembro como se fosse hoje, naquele dia se fosse hoje eu tinha feito alguma coisa, ai eu olhou pra me e falou assim: Quem é o avó desse negrinho?[...] (Marlene Ferreira).

De acordo com Cardoso (2014), é preciso tornar-se negra para compreender os contextos de discriminação racial nas quais as mulheres negras estão inseridas. Dessa forma, segundo Cardoso (2014, p.973):

O tornar-se negra anuncia um processo social de construção de identidade, de resistência política, pois reside na recusa de não deixar-se definir pelo olhar do outro e no rompimento com o embranquecimento; significa a auto definição, a valorização e a recuperação da história e do legado cultural negro, traduzindo um posicionamento político de estar no mundo para exercer o papel de protagonista de um devir histórico comprometido com o enfrentamento do racismo.

Nas duas falas podemos perceber que a palavra negrinho/negrinha foram compreendidas de forma diferentes: enquanto Virgínia não percebe o racismo embutido na fala do colega feirante, Marlene se mostrou indignada ao relatar o fato ocorrido com o filho.

Além das atividades realizadas nos espaços privado do ambiente doméstico, a vida na comunidade rural perpassa o ambiente dos espaços públicos; trabalhar na agricultura familiar é uma atividade que faz parte da rotina cultural das mulheres que vivem na zona rural, conforme a fala da entrevistada abaixo.

[...] trabalho na roça, trabalho em casa, tem trabalho na associação, na igreja, de tudo um pouquinho, a gente vai se virando como pode como dar, eu levanto cedo, cuido da casa

de manhã, as vezes vou pra igreja para celebração, trabalho na roça, crio galinha, participo da associação todos os meses[...] Marlene Ferreira.

Neste trecho, a entrevista de Marlene faz nos compreender que o trabalho ressignifica sua vida, aqui ela aparece como protagonista da ação, o ser útil vale como está em potencial, em vigor, na ação. Para Marlene, o trabalho na agricultura aparece como motivação de vida e não como falta de opção. Na zona rural as famílias precisam trabalhar na agricultura para sobreviver e nas vivências em campo foi possível verificar a falta de estrutura a que as mulheres que trabalham na agricultura são submetidas.

Pela manhã acordamos cedo, fomos para roça colher feijão, passamos duas horas nas atividades da agricultura, trabalho pesado para quem não tem costume. Marlene cuida sozinha da agricultora familiar para consumo próprio, relata que às vezes vende um pouco da sua produção. Ela limpa, planta e colhe cuida, faz todo serviço de manutenção manualmente. Em tempos de chuva cultiva andu, feijão, milho, abóbora melancia. Durante a conversa Marlene informa que não foi contemplada com caixa armazenadora de água para utilizar na plantação. Enquanto trabalhamos colhendo feijão e andu, conversamos sobre as dificuldades de trabalhar na agricultura em um local de pouco recursos hídricos. (Trecho do diário de campo)

O estudo de Falci (2001, p.48) sobre mulheres da zona rural, demonstra que em algumas situações “As mulheres pobres da zona rural não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento” através da agricultura [...] ao lado dos irmãos, dos pais, do ou companheiros faziam todo trabalho considerado masculino”. Conforme Marlene: [...] *desde criança, que eu trabalho na roça, a pessoa de zona rural é uma pessoa lutadora, eu não estou dizendo que as mulheres da zona urbana, não são lutadoras, talvez seja depois que viram adultas, agora desde criança que somos mulheres de luta.*

[...] A gente planta, a gente colhe, tem vez que a gente planta e perde tudo, esses dias eu plantei e perdi tudo eu plantei sozinha, fazer o que, é meu trabalho, ai eu fiquei desanimada, e pensei, se não chover daqui até fevereiro eu não vou plantar mais, porque morreu tudo, ai deu aquele desânimo, ai veio a chuva, e pronto, o ânimo voltou, começamos a plantar, mas quando tá muito seco, a gente fica desanimado, e tem muita gente da cidade, que pensa que a vida aqui na roça é fácil, mas não é, é bem difícil, e se eles bem soubesse como é difícil, dava mais valor quando a gente chegava lá pra vender, eles não querem comprar pelo preço justo, o preço normal, eles sempre quer desvalorizar né ?[...]. Entrevista com Marlene Ferreira

Nesta fala podemos compreender o que o trabalho na agricultura representa para Marlene: *Eu gosto de trabalhar na roça, meu pai e minha mãe sempre trabalhou na roça, até antes de se aposentar, agora não, eles aposentaram, mas eu, desde quando era nova eu trabalho na roça[...]* Marlene segue dizendo [...] *com tanta terra aqui e eu ficar sem fazer nada, eu me sentiria como uma inútil [...]* Neste caso, as mulheres trabalham na

agricultura simplesmente pelo fato de ser uma prática de quem mora em zona rural e isso a faz protagonista da sua história dentro da comunidade, ressaltando que agricultura familiar é uma das tradições ainda preservadas nas comunidades, como demonstra a fala abaixo:

[...] pai trabalhava na roça, pai me ensinou a ir pra roça Desde pequena eu ia com pai, pai e a gente, sempre trabalhou na roça, ele levava a gente pra ajudar. Desde pequena a gente gostava de ir, e tinha dia que mãe me levava pra feira, depois eu cresci e continuei na feira e tô lá até hoje, não tinha muita coisa pra fazer [...]. Virginia Leone Bicudo.

A influência cultural e familiar está muito presente nas falas das entrevistadas quanto citam sobre os pais que as estimularam a exercer essas atividades laborais, tanto na agricultura como na feira. A família que inicia no campo do trabalhar, ensina a valorizar o trabalho. Neste prevalece a continuidade da tradição familiar através do exercício na agricultura como herança de reprodução cultural. Nas falas das entrevistadas podemos identificar que os pais não faziam investimentos na escolarização dos filhos (as), a iniciação nas atividades laborais na agricultura parecia prática comum entre os membros das mulheres (famílias).

As entrevistadas relatam que a iniciação das crianças nas atividades na agricultura era equivalente, tanto para as mulheres quanto para os homens. Portanto o capital cultural existente para essas mulheres foram às experiências em trabalhar na lavoura, experiências ensinadas pelos familiares, haja vista que na época referenciada pelas entrevistadas, ao que parece as famílias não demonstravam entendimento sobre a importância educação enquanto instrumento de emancipação.

Nesse contexto, é preciso que os elementos culturais da comunidade sejam preservados, porém, é preciso capacitar e instrumentalizar a comunidade, para que sua permanência no campo, quilombola, seja uma permanência com dignidade, através de fomentos que possam capacitar e melhorar a vida das trabalhadoras na agricultura familiar, melhorando suas condições de trabalho, com suporte de políticas públicas para o campo respeitando as especificidades das comunidades tradicionais, para que não tenhamos a desigualdade de cunho geográfico entre o urbano e o rural.

[...] Eu entrei na escola com 9 anos de idade, eu já tava com 9 anos de idade, terminei em 2006, já com 21 anos de idade. Eu já estava com 9 anos de idade quando entrei na escola. Eu comecei trabalhar na lavoura aos 10 anos. Meu pai, na época que eu tinha 10 anos de idade, ele era viúvo, depois se casou com minha mãe, ele já era um senhor de idade, ai tinha aquela cultura de Ah! Filho tem que trabalhar, filho não pode ficar dentro de casa, senão aprende coisa errada, acaba levando todos os filhos, até os menores de idade pra roça [...]
(Entrevista com Beatriz Nascimento)

Beatriz Nascimento relata que concluiu o ensino médio com muita dificuldade. A baixa escolaridade é um fenômeno constante que aparece nos diálogos; somado às questões de gênero e racial, são fatores que colocam a mulher na condição dupla de discriminação e exclusão social. Todas as entrevistadas tiveram a vida escolar comprometida pela falta de oportunidade ou devido à falta de investimento dos pais, ou pela falta de políticas pública na área de educação na localidade que dispõe apenas de escolas para os anos iniciais. Ao falarmos de desigualdade, compreendemos que é o mercado de traba-

lho que traduz a situação socioeconômica da mulher e sabemos que atributos como cor, raça e gênero têm contribuído para definir o status da mulher na sociedade ou em suas comunidades.

Era um pouco longe pra gente estudar ai eu estudei até o terceiro ano, no terceiro ano eu sair para trabalhar, naquela época mãe mais pai adoeceu e eu tive que sair da escola para trabalhar e até hoje eu não estudei mais, eu só estudei só até o terceiro ano, agora eu tenho vontade de voltar a estudar, tenho vontade porque hoje tudo é o estudo né! Tudo é difícil, fácil né não, a gente tem que lutar pela vida e estudar. (entrevista com Virginia Leone Bicudo).

Para Carvalho e Mendes (2015), a educação é um instrumento de construção de identidade e de emancipação, uma das primeiras bandeiras dos movimentos feminista, é justamente a inserção da mulher nas instituições escolares, pois a escolarização possibilita a inserção das mulheres no mercado de trabalho e nas políticas públicas de acesso aos bens, serviços, assim como todos os direitos sociais, pois o acesso as políticas pública que permitam que tenhamos vida digna e superação da desigualdade de gênero, social e racial.

Segundo Carvalho e Mendes (2015, p.12), “a educação apresenta-se como uma forma de propiciar a emancipação da mulher”. Essa emancipação deve acontecer em todo e qualquer espaço geográfico, onde vivem as mulheres, é preciso haver equidade para com as mulheres, tanto da zona urbana como na zona rural parte mais prejudicada quando o assunto é implementação de políticas públicas, conforme observações das próprias mulheres entrevistadas.

Um fator interessante que devemos analisar nessa comunidade quilombola é que no período da adolescência as mulheres eram encaminhadas para trabalhar como empregada doméstica na cidade, uma profissão tradicionalmente exercida por mulheres negras, com baixa escolaridade, advindas da zona rural e com baixos salários ou remuneração ruim ou condições precárias de trabalho, situação alterada a partir do momento em que as domésticas passaram também a ter seus direitos trabalhistas reconhecidos legalmente. Todas as mulheres citadas nesta pesquisa desempenharam atividades como empregadas domésticas na zona urbana do município, algumas declararam que deixaram de estudar no período da adolescência em virtude da necessidade do trabalho.

Lima (2013) confirma que o emprego na informalidade e o trabalho como empregada doméstica ainda é uma atividade muito presente na vida das mulheres negras com pouca escolarização. A falta ou pouca escolarização configura como o não acesso a políticas públicas de inclusão socioeconômicas e culturais, fato que gera desigualdade social entre as mulheres negras residente na zona rural.

Em vivência de campo percebemos que as mulheres quilombolas vivem uma rotina de dupla jornada: além da rotina de trabalho fora de seus domicílios, retornam para comunidade à noite para outras rotinas ocupacionais de suas casas. Percebemos que mesmo em condições adversas, essas mulheres constroem a história e o desenvolvimento dessa cidade através da sua luta cotidiana.

Eu acordo 5 da manhã cuido um pouco da casa, vou pra cidade trabalhar, quando chego de noite torno fazer mais um pouquinho de trabalho de casa, o dia a dia é corrido, mas, às vezes quando eu chego vou lavar uma roupa, quando não é lavar uma roupa, vou fazer uma comida pra ficar pronta pra o outro dia, quando não é a comidinha, vou barrer uma casa pra fica limpa. E na época da chuva a gente ainda vai pra roça,

plantar. Virginia Leone Bicudo

Antigamente, ser lavradora, trabalhar de lavradora era questão de necessidade, era um meio de sobrevivência, a cultura da população, era ter que plantar pra comer, daí então, os anos foram passando a dificuldade aumentando, a chuva era escassa, a gente teve que ir pra Conquista, eu também tive que ir, estudar em Conquista, como a gente não tinha estudo, nem experiência, só tinha trabalho doméstico e trabalho de babá em casa de família. Beatriz Nascimento.

As discussões relacionadas a raça e gênero demandam uma análise interseccional articulado a outros marcadores sociais de diferença, a exemplo de classe, etnicidade, dentre outros. De forma implícita, nas falas das entrevistas aparecem fatores como baixa escolaridade, formação e qualificação profissional que as coloca em condição de desigualdade social quando articuladas com as questões de raça e gênero dentro de um território geográfico específico que são as comunidade quilombolas na zona rural.

[...] Trabalhei um tempão em casa de família. Ai pra me sustentar né, pois pra me manter lá, meus pais não tinha condição. Ai pra me manter, pra mim ter minhas coisas, uma roupinha, material de escola, eu trabalhava em casa de família, morava na casa de família, já sofri muito em casa de família, as vezes por ser de roça, as pessoas acham que você é boba, que você é besta. você tem que aguentar tudo porque você tá lá. (Carolina Maria de Jesus)

[...] os anos foram passando a dificuldade aumentando, a chuva era escassa, a gente teve que ir pra Conquista, eu também tive que ir, estudar em Conquista, como a gente não tinha estudo, nem experiência, só tinha trabalho doméstico, então eu trabalhei de babá em casa de família[...] (Beatriz Nascimento)

[...] E ai teve uma época que eu trabalhava de diarista, mas eu não gostava de trabalhar de diarista porque às vezes a gente não tem nem um tempo. Minha menina era pequena e eu não tinha nenhum tempo pra mim, pra lavar minha roupa, e trabalhando na feira eu tinha tempo de tirar uns dias pra mim, pra lavar as roupinha.[...] (Virginia Bicudo)

Segundo Ciampa (1984), a identidade pode ser vista como um processo de reformulação e mudanças que tem base nas influências sociais e históricas, compreendemos que as comunidades advém de influências históricas e que com a implementação de políticas públicas de reparação social e econômica, proveniente de reivindicação de dívida histórica com a população de afro brasileiros (as) podemos entender que a identidade sociais da população em estudo sofreram influências sociais.

Segundo Hall (2011, p.8), a identidade cultural são “aqueles aspectos de nossas identidade que surgem de nosso “pertencimento” a cultura étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e acima de tudo nacionais”. É importante ressaltar que os estudos sobre identidade extrapolam os limites deste trabalho; todavia, essa breve discussão serve para compreendermos que o que mais aparece enquanto aspectos identitários na comunidade referida, está associada à identidade social, forjada pela Fundação Cultural Palmares. Entretanto, neste contexto é possível repensar sobre como as questões relacionadas a identidade, podem ser trabalhada nessa comunidade.

Sendo assim, podemos inferir que a psicologia social tem um papel importante nos trabalhos de emancipação, fomentando estratégias de atividades que possam trabalhar com as questões que podem trazer a memória de uma à identidade cultural dessa popu-

lação enquanto remanescente de quilombo.

O que observamos em relação às questões de identidade é que as relações raciais não estão inter-relacionadas, nem são devidamente problematizadas no momento do reconhecimento da comunidade quilombola, de forma que muitas pessoas não se apropriam da memória de luta e resistência que perpassa pela história e cultura quilombolas.

Nas falas podemos perceber que as mulheres entrevistadas não se reconhecem como quilombolas:

[...] Quilombola, eu não sei bem o que é, eu não sei muito bem é, porque tem pouco tempo que a gente se engajou na comunidade de quilombo, mas eu acho muito interessante, interessante porque antes o pessoal era calado, você ver que o pessoal era assim, classificado, era escravo, e hoje não, hoje a gente não é escravo[...]
(Virginia Leone Bicudo).

Eu não sei como vou te reponde, sobre o que é ser uma mulher quilombola. Primeiro porque assim, a gente se descobriu como quilombola faz pouco tempo, então, por isso não sei responder pra você sobre o que ser uma mulher quilombola, porque eu nunca vivenciei um quilombo de verdade (a entrevistada ficou confusa) assim, aqui eu não tenho certeza acho assim que tem uns 10 anos, foi, foi, mais ou menos isso, que foi reconhecido como quilombo. (Carolina Maria de Jesus).

As mulheres entrevistas tiveram dificuldades de discorrer sobre os aspectos relacionados à identidade quilombola, aspecto também evidenciado por Matos e Eugenio (2019) em pesquisa realizada com crianças de uma comunidade quilombola.

Considerações finais

Diante dos elementos aqui apresentados, compreendemos que os estudos de/sobre gêneros devem estar articulados com os estudos raça/etnia a fim de entendermos de que forma gênero e raça/etnia se entrelaçam na trajetória ocupacional das mulheres pesquisadas. Não podemos abordar a situação de exclusão social, entre as mulheres negras das comunidades quilombolas, simplesmente pautadas nas discussões de gênero, desvinculada das discussões étnicas, de escolarização e culturais.

A comunidade pesquisada está certificada há mais de 10 anos pela Fundação Cultural Palmares. Identificamos poucas políticas de educação e de formação profissional implementadas para a população dessa comunidade.

Nos relatos das entrevistadas constatamos que existe uma desigualdade de origem geográfica. Para nossas entrevistadas, as vantagens de morar na zona urbana era a possibilidade de ter acesso principalmente às políticas de educação. Em relação ao trabalho na agricultura, conseguimos perceber o quanto as desigualdade de gênero se fazem presentes nas trajetórias pessoais e profissionais das mulheres quilombolas. Elas relatam acerca da pouca escolarização; apenas umas das mulheres entrevistadas ingressou no ensino superior e não se encontrava realizando trabalhos com a agricultura familiar no momento da pesquisa.

Ao debruçar sobre a trajetória ocupacional das mulheres negras e quilombolas da Lagoa de Maria Clemência encontramos várias questões que podem ser inter-relacionadas com raça e gênero: a cultura de permanência na comunidade, a prática da agricultura familiar, a religiosidade voltada para a matriz cristã, a baixa escolarização das mulheres, as diferentes tipos de ocupações das mulheres que constroem suas histórias como protagonistas na comunidade. Percebemos a produção de desigualdades em relação à inserção ao

mercado de trabalho, tendo em vista que este é seletivo e discriminatório, particularmente quando são consideradas nas análises as relações entre raça, gênero e escolarização.

As variedades de sinônimos que aparecem nas entrevistas quando as mulheres pesquisadas designam suas semelhantes da zona rural como mulheres fortes, batalhadoras, que lutam e resistem a diversas situações de vulnerabilidades, são os predicados designados por elas mesmas. Elas se colocam na posição de verdadeiras mulheres guerreiras, que permanecem na construção de suas histórias em uma localidade e necessitam de políticas públicas de ações afirmativas.

Os movimentos sociais e a academia podem ser ferramentas importantes na articulação da temática, gênero e/ou raça, visualizando as demandas no fomento de políticas públicas de construção de novos espaços de atuação para as mulheres negras, ampliando as oportunidades e diminuindo a desigualdade, econômicas, jurídicas, sociais e políticas, denunciando todo e qualquer tipo de violência e opressão contra as mulheres.

Referências

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, nº 11, 2001.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos feministas**, Ano 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BARBOSA, Viviane de O. **Nas terras das palmeiras**: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

CARDOSO, Cláudia P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, vol. 22, n.3, p.965-986, setembro/dezembro, 2014.

CARVALHO, Guilherme. P.; MENDES, Marcilia G. Gênero e políticas educacionais no Brasil. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v 28, nº 01, p.7-23, 2015.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Psicologia Social**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CIAMPA, Antonio da Costa. Conceito de identidade. In: CODO, W.; LANE, S.T.M. (Orgs.) **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES- **Lista das Comunidades Remanescente de Quilombo**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/TABELA_CRQs_COMPLETA-Atualizada-31-12-2015.pdf. Acessado em 25 de fevereiro de 2016.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, ano 2, n.5,p.2, nov/dez,1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de JANEIRO: DP&A, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GUIMARÃES, Antonio S. Como trabalhar com raça em Sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, Mariana, M. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

MARCONDES, Mariana M. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

MATOS, Marise. Teoria de gêneros ou teoria e gênero? **Estudos Feministas**, vol. 16, n.2, p. 333-357, 2008.

REICHMANN, Rebecca. Mulher negra brasileira: um retrato. **Revista Estudos Feministas**, Ano 03, n.2, p.496-505, 1995.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, vol.24, n.70, p.37-60, 2009.

SILVA, Marcus Vinicius de Oliveira. Psicologia, subjetividade e relações raciais no Brasil. In: BOOK, Mercês Bahia. **Psicologia e o compromisso social**. 2.ed.revista. São Paulo: Cortez, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo ou: Porque censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n.32, p.157-170, jul./dez.2009.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Recebido em 24 de junho de 2019.

Aceito em 28 de agosto de 2019.